

RELIGIÃO E PATRIMÔNIO: A APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MAZAGÃO VELHO-AP PELA ESCOLA

Alene Chagas da Silva¹

Ana Cristina Rocha Silva²

Elivaldo Serrão Custódio³

Eugénia da Luz, Silva Foster⁴

Resumo: O texto analisa os desafios e tensões que configuram a resistência comum na aplicação da Lei 10.639/03, na vila de Mazagão Velho, no Amapá. Apesar de possuir um vasto repertório de tradições culturais repassadas de geração em geração, os elementos desse conjunto estão ausentes dos conteúdos didáticos pedagógicos da única escola da rede pública estadual da comunidade. Diante dessa ausência, surgiu a necessidade de instrumentalização da comunidade escolar para a construção de um currículo capaz de dialogar com o contexto cultural da vila. Logo, o estudo aqui apresentado versa sobre a experiência de execução de uma pesquisa colaborativa ocorrida no ano de 2014, na vila de Mazagão Velho. Além de promover oficinas de formação e reflexão dos/as educadores/as, a pesquisa somou para o pontapé inicial de uma proposta curricular condizente com o contexto cultural da comunidade.

Palavras-chave: religião e patrimônio; educação escolar; relações étnico-raciais; Mazagão Velho-AP.

RELIGION AND HERITAGE: THE APPROPRIATION OF THE INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE OF MAZAGÃO VELHO-AP BY THE SCHOOL

¹ Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá/AP, Brasil. Docente da Secretaria de Estado de Educação do Amapá (SEED). Advogada. Licenciada em Pedagogia com Especialização em Didática e Metodologia do Ensino. E-mail: alene-chagas@hotmail.com

² Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, vinculado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/NAEA-UFPA). Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Bacharel e Licenciada em História pela Faculdade de Macapá (FAMA). Especialista em História da Amazônia pela Faculdade de Macapá (FAMA). Professora Assistente II do Colegiado de História da Universidade Federal do Amapá (Campus Binacional/UNIFAP).

³ Pós-doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Teologia pela Faculdades EST em São Leopoldo/RS, Brasil. Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Docente da Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED). Editor Associado da Revista Identidade da Faculdades EST. Membro do Grupo de Pesquisa Identidade (Faculdades EST), do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES-UNIFAP/CNPq) e do Grupo de Pesquisa Educação, Relações Étnico-raciais e Interculturais (UNIFAP/CNPq). E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com

⁴ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Fluminense (UFF), com pós-doutorado em Educação pela UERJ. Professora efetiva da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Coordenadora do Curso de Mestrado em Educação e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Relações Étnico-Raciais e Interculturais da UNIFAP. E-mail: eugeniafoster@uol.com.br



Abstract: The text analyzes the challenges and tensions that constitute the common resistance in the application of Law 10.639/03, in the town of Mazagão Velho, in Amapá. Although it has a vast repertoire of cultural traditions passed on from generation to generation, the elements of this group are absent from the didactic pedagogical contents of the only school in the state public school in the community. Faced with this absence, the need arose for instrumentalisation of the school community for the construction of a curriculum capable of dialoguing with the cultural context of the village. Therefore, the study presented here is about the experience of conducting a collaborative research in 2014, in the town of Mazagão Velho. In addition to promoting training workshops and reflection of the educators, the research added to the initial kick-off of a curricular proposal in keeping with the cultural context of the community.

Keywords: religion and heritage; schooling ethnic-racial relations; Mazagão Velho-AP.

RELIGION ET PATRIMOINE: L'APPROPRIATION DU PATRIMOINE CULTUREL IMMATERIEL DE MAZAGÃO VELHO-AP PAR L'ECOLE

Résumé: Le texte analyse les défis et les tensions qui constituent la résistance commune dans l'application de la loi 10.639/03, dans la ville de Mazagão Velho, Amapá. Bien qu'il ait un vaste répertoire de traditions culturelles transmises de génération en génération, les éléments de ce groupe sont absents du contenu pédagogique didactique de la seule école de l'école publique de la communauté. Face à cette absence, il est apparu nécessaire d'instrumentaliser la communauté scolaire pour la construction d'un curriculum capable de dialoguer avec le contexte culturel du village. Par conséquent, l'étude présentée ici est sur l'expérience de mener une recherche collaborative en 2014, dans la ville de Mazagão Velho. En plus de promouvoir des ateliers de formation et la réflexion des éducateurs, la recherche a ajouté au lancement initial d'une proposition de programme en fonction du contexte culturel de la communauté.

Mots-clés: religion et patrimoine; l'éducation scolaire; relations ethnique- raciales. Mazagão Velho-AP.

RELIGIÓN Y PATRIMONIO: LA APROPIACIÓN DEL PATRIMONIO CULTURAL INMATERIAL DE MAZAGÓN VIEJO-AP POR LA ESCUELA

Resumen: El texto analiza los desafíos y tensiones que configuran la resistencia común en la aplicación de la Ley 10.639 / 03, en la aldea de Mazagón Viejo, en Amapá. A pesar de poseer un vasto repertorio de tradiciones culturales repasadas de generación en generación, los elementos de ese conjunto están ausentes de los contenidos didácticos pedagógicos de la única escuela de la red pública estatal de la comunidad. Ante esta ausencia, surgió la necesidad de instrumentalización de la comunidad escolar para la construcción de un currículo capaz de dialogar con el contexto cultural de la villa. Por lo tanto, el estudio aquí presentado versa sobre la experiencia de ejecución de una investigación colaborativa ocurrida en el año 2014, en la villa de Mazagón Viejo. Además de promover talleres de formación y reflexión de los / as educadores / as, la investigación sumó para el puntapié inicial de una propuesta curricular que acorde con el contexto cultural de la comunidad.

Palabras clave: religión y patrimonio; educación escolar; relaciones étnico-raciales; Mazagón Viejo-AP.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS



Nas últimas décadas, o movimento negro organizado no Brasil vem lutando para que os direitos sociais negados aos africanos e seus descendentes por mais de quinhentos anos de história sejam respeitados. Nessa lógica, foi promulgada a Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei nº 9.394/1996⁵. Em seus artigos 26-A e 79-B, a Lei nº 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e da Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo oficial dos sistemas de ensino. Amplia, dessa forma, o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural. Garantir essa inclusão é uma forma de resgatar uma dívida histórica daqueles que colaboraram, em uma escala gigantesca, no acúmulo da riqueza nacional e no complexo multicultural que caracteriza e personaliza o povo brasileiro.

O patrimônio cultural imaterial é transmitido de geração em geração e é constantemente recriado por coletivos humanos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história. É, portanto, gerador de sentimentos de identidade e continuidade. Seu processo de recriação contribui para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Logo, ele assume um papel importantíssimo na educação para as relações étnico-raciais, pois sua inclusão no currículo escolar possibilita o fortalecimento da identidade negra e constrói conhecimentos a partir de seus valores, cultura e histórias.

Enquanto instituição, a escola tem o papel de organizar, socializar e transmitir conhecimentos. Em suas diversas dimensões, o patrimônio cultural afro-brasileiro traz possibilidades educativas para as relações étnico-raciais. Desse modo, ele se constitui como uma fonte para a desconstrução da discriminação do negro e sua cultura. Além de que, é um veículo de rompimento da colonização do saber construída pela ótica europeia, a qual historicamente tem imposto relações assimétricas em que os negros são inferiorizados. Em vista disso, uma vez explorado adequadamente pela escola, o patrimônio cultural afro-brasileiro pode fazer desta instituição um espaço de ressignificação da história e cultura negra.

Conforme posto por Regis e Sengulane (2017), não raro são os casos em que a escola irradia conteúdos preconceituosos e racistas, os quais representam o negro como uma minoria com pouca contribuição na formação histórica e cultural do Brasil. Diante de equívocos desse tipo, urge transformações no contexto escolar dos quatro cantos do

⁵ Que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996).



país, de modo que se construam caminhos para uma educação que não apenas contemple a diversidade étnico-racial brasileira, como também promova o conhecimento e respeito da história e cultura negra.

A vila de Mazagão Velho, localidade que serviu como *locus* para o desenvolvimento deste trabalho, se alimenta da tradição deixada por seus ancestrais, a qual vem sendo repassada de pais para filhos há 246 anos. No local, observa-se a existência de um processo de valorização e preservação das tradições de matriz africana que é vivenciado na - e pela - comunidade através de diversas festividades religiosas e de outras manifestações culturais. Embora a população local seja a grande protagonista dessas manifestações, constatou-se um distanciamento significativo entre o saber empírico e o saber sistêmico e formal proporcionado pela única escola da rede pública estadual da vila em tela.

A constatação dessa realidade chamou a atenção dos autores desse trabalho para a necessidade de se instrumentalizar a comunidade escolar para a construção de um currículo que: 1) dialogue com a diversidade cultural da comunidade de Mazagão Velho; 2) problematize as manifestações encenadas na – e pela- comunidade; 3) fomente o orgulho étnico e combata o racismo; e 4) possibilite a construção de uma escola viva e plural, tal como norteia a Lei 10.639/2003. Assim, o estudo aqui apresentado versa sobre a experiência de proporcionar essa instrumentalização por meio de um trabalho colaborativo ocorrido no ano de 2014, em uma escola pública da rede estadual situada na vila de Mazagão Velho, aqui denominada *escola-campo*.

Com base em Silva e Longarezi (2012), compreende-se que a pesquisa colaborativa visa desencadear a formação, reflexão e desenvolvimento profissional por meio da cooperação de vários agentes, com vistas à transformação de uma dada realidade. Ao ter-se em vista as necessidades curriculares da escola-campo, a pesquisa colaborativa se mostrou viável para os desafios postos naquele interim. Foram sujeitos da pesquisa alunos, professores, coordenadores pedagógicos e direção escolar da escola-campo, bem como lideranças comunitárias.

A fim de possibilitar a compreensão dessa experiência, o texto que segue está organizado em quatro seções. A primeira delas destaca os aspectos históricos vinculados à fundação da Nova Mazagão, cidade transplantada da África para a América Portuguesa, no século XVIII. Na sequência, a segunda sessão descreve os aspectos



culturais construídos e transmitidos de geração em geração na vila de Mazagão Velho, a qual outrora era chamada de Nova Mazagão. Ainda, se tem a descrição da Festa do Divino Espírito Santo, encenada há séculos pela comunidade local, e considerada uma das manifestações culturais e religiosas mais importantes do lugar.

Em seguida, através da exploração de conceitos como cultura e memória, a terceira sessão apresenta algumas reflexões teóricas a respeito daquilo que a comunidade de Mazagão Velho elege como seu patrimônio cultural. Na quarta seção, se tem o relato da pesquisa em si, de modo a revelar o distanciamento entre o vasto conteúdo cultural da comunidade e o saber sistêmico e formal oferecido pela escola-campo. Ainda nessa sessão, se tem a descrição da intervenção realizada na instituição escolar para a capacitação de docentes e corpo técnico com vistas à construção de um currículo plural e afirmativo.⁶

ASPECTOS HISTÓRICOS DE MAZAGÃO VELHO

O município de Mazagão está localizado na margem direita do rio Vila Nova, ao sul do estado do Amapá, na fronteira setentrional Amazônica. Seus municípios limítrofes são Pedra Branca do Amaparí e Porto Grande (ao norte), Vitória do Jari (ao sul), Santana (a nordeste), a foz do rio Amazonas (a sudeste), e Laranjal do Jari (a oeste). Possui uma população estimada de 19.157 habitantes (IBGE, 2014), distribuídos em uma área de 13.130,983 km². A partir da divisão territorial de 1995, o município é constituído por três distritos: Mazagão, Carvão e a vila de Mazagão Velho.

Mazagão é conhecido por possuir uma ampla diversidade cultural, principalmente por suas festas religiosas, uma mistura das culturas negra, indígena e europeia, consequência do modelo de colonização realizado pela coroa portuguesa na região. Essa diversidade advém de sua história, marcada pela luta de povos portugueses migrantes vindos do norte da África. Ao chegar na Amazônia, além de sua cultura, esses povos trouxeram consigo bens materiais, religiosos, escravos e outros itens fundamentais para a mistura cultural presente nesta parte do atual estado do Amapá.

⁶ Para informações mais detalhadas, ver trabalho publicado em 2015. Silva, Alene Chagas; Custódio, Elivaldo Serrão; Foster, Eugénia da Luz Silva. Patrimônio cultural imaterial e religiosidade: as celebrações em Mazagão Velho no Amapá. *Estudos Teológicos* (Online), v. 55, p. 388-403, 2015. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/2423/2413>. Acessado em: 15 de junho de 2017.



De acordo com Vidal (2008), do ponto de vista histórico, a cidade de Mazagão cruzou o Atlântico, pois, antes de ser construída e firmada nos moldes da colônia portuguesa na Amazônia, ela era uma cidade africana colonizada por portugueses. Conforme o autor, a Mazagão africana foi um dos frutos da expansão de Portugal para o Norte da África, nos séculos XV e XVI, que se fez objeto de luta entre Portugueses (católicos) e Mouros (mulçumanos) durante séculos. Conquistada por Portugal no ano de 1.502, ela estava localizada na região de Dukkala, exatamente a meio caminho de dois extremos do Marrocos lusófono, Tanger e Agadir.

Para Vidal (2008), a posição geográfica da cidade possuía vários benefícios naturais. Por exemplo, a baía em que foi instalada era considerada o local de ancoragem mais seguro de toda a costa atlântica do Norte da África. Nessa lógica, Mazagão era agraciada por uma localização estratégica para a exploração das conquistas marítimas portuguesas. Portugal dominou a região onde localizava-se a Mazagão africana por longo período, porém, em meados do século XVIII, a coroa portuguesa perde uma série de territórios antes conquistados, dentre eles, Mazagão.

Segundo Assunção (2009), a partir de então, as perseguições dos mouros se intensificaram e a qualidade de vida dos moradores da região é afetada pela diminuição dos recursos vindos de Lisboa. Na década de 1760, essa crise fica mais aguda e cidade torna-se, assim, um fardo para a coroa portuguesa. Nessa lógica, o abandono da região apresentou-se como a estratégia mais conveniente para a resolução do problema enfrentado. No dizer de Vidal (2008), Mendonça Furtado foi a pessoa indicada para executar tal estratégia. Visando afastar desse abandono conotações de uma derrota diplomática, ele se convenceu em promover a retirada de maneira gradativa.

A considerar-se as obras de Assunção (2009) e Vidal (2008), sabe-se que, no acordo realizado entre portugueses e mouros, foi estabelecido um período de trégua de três dias para o embarque de retirada da população mazaganista. Conforme os autores, tudo ocorreu em meio a muita confusão, pois alguns moradores insatisfeitos com a retirada se revoltaram, destruíram suas antigas habitações e queimaram os objetos que não poderiam levar consigo. Na descrição de Assunção (2009), em pouco tempo, a cidade construída ao longo de dois séculos se transformou em um conjunto de escombros. Nas palavras do autor, “(...) a cidade morria para renascer como uma fênix do outro lado do Atlântico” (Assunção, 2009, p 34).



Pelo que a documentação histórica indica (Amaral, 2007; Assunção, 2009; Vidal, 2008), a saída da população da baía de Mazagão, no Marrocos, ocorreu em 11 de março de 1769. Saíram um total de 2.092 pessoas, sendo 1.167 homens e 925 mulheres, incluindo 595 crianças menores de onze anos e 53 escravos. Quatorze embarcações foram enviadas de Lisboa para o transporte da população. A viagem do Marrocos até Portugal durou aproximadamente 11 dias e a chegada ao Tejo ocorreu entre os dias 21 e 24 de março. De Portugal, as famílias foram enviadas para seu destino final: o Grão-Pará, na América Portuguesa. As embarcações saíram de Portugal no dia 15 de setembro de 1769, transportando um total de 371 famílias. A chegada em Belém do Pará ocorreu nos dias 10 e 21 de novembro de 1769, com um atraso de 11 dias de uma embarcação para a outra.

De acordo com Assunção (2009), entre maio de 1771 e maio de 1772, as famílias foram transportadas de Belém para a Nova Mazagão de forma gradual. Esse deslocamento era realizado em pirogas, cascos ou canoas⁷. Embora as famílias tenham chegado entre 1771 e 1772, a Vila Nova de Mazagão, conhecida atualmente como Mazagão Velho, foi criada oficialmente em 23 de janeiro de 1770, possuindo, portanto, 246 anos de fundação.

ASPECTOS CULTURAIS DE MAZAGÃO VELHO

Segundo o senhor Josué Videira, líder comunitário do lugar, a vila de Mazagão Velho possui uma população de aproximadamente 1.500 habitantes. Trata-se de uma comunidade visivelmente formada por uma população predominantemente negra, que mantém há 246 anos suas manifestações religiosas e culturais, a fim de preservar aquilo que lhe é considerado mais precioso e significativo: o seu patrimônio cultural. Esse patrimônio – expresso não apenas em bens tangíveis, mas, principalmente, em práticas, representações, expressões, conhecimentos, técnicas e religiosidade – possui um forte valor simbólico que vem sendo transmitido entre as gerações do lugar.

Dentre as inúmeras manifestações religiosas e culturais da vila, descreve-se, adiante, a *Festa do Divino Espírito Santo*, considerada pela comunidade como uma das mais importantes. Todas as informações descritas adiante partem da observação direta e do registro *in loco* da manifestação destacada, no ano de 2014. *Pari passu* à observação e

⁷ Embarcações de origem indígena, cuja base é esculpida em troncos grandes de árvores e impulsionada por remos e/ou varas.

registro, foram coletados relatos de pioneiros e explicações de membros do grupo responsável pela organização do evento religioso.

A *Festa do Divino Espírito Santo* está contida no calendário da Igreja Católica e ocorre em todo o Brasil. Em Mazagão Velho, porém, a festa possui uma característica ímpar que a diferencia das demais manifestações realizadas país afora. Enquanto nos outros estados ela é celebrada em comemoração à descida do Espírito Santo sobre os 12 apóstolos, discípulos de Jesus Cristo, na vila de Mazagão Velho, no Amapá, a festa está relacionada com a abolição da escravidão no Brasil, ocorrida em 13 de maio de 1888.

De acordo com os relatos dos moradores mais antigos e dos atuais organizadores da festa, no lugar, há a crença de que a atitude da Princesa Isabel em assinar a Lei Áurea possui uma motivação divina. Conforme as histórias repassadas de geração em geração, no momento de sua coroação, a Princesa Isabel teria sido “iluminada pelo Espírito Santo” e este a fez tomar a decisão de acabar de vez com a escravidão. Assim, desde o fim oficial da escravidão no Brasil, a população negra do atual Distrito de Mazagão Velho passou a celebrar anualmente a “Festa do Divino Espírito Santo”, em homenagem à Princesa Isabel que, para eles, é considerada a protetora dos escravos. Como explorado mais adiante, durante o ritual da festa, observa-se alusão à figura de Isabel com a representação da princesa e suas servas dentro de um castelo.

Os relatos dos membros envolvidos na organização da festa revelaram que, inicialmente, a festa acontecia no mês de maio, quando ocorre o Ciclo do Marabaixo⁸ nas comunidades negras de todo o estado do Amapá. No entanto, para os negros mazaganenses, maio era um mês de muitas tarefas em função das atividades laborais na roça. Nesse período, eles tinham que dar conta de capinar, adubar a terra e plantar, logo, não lhes restava muito tempo para organizar a festividade. Devido a isso, escolheram um outro mês, o de agosto, na entressafra, quando já não estavam mais tão ocupados.

Todavia, as entrevistas realizadas junto aos moradores mais antigos da vila trouxeram à tona uma segunda justificativa para a mudança de data. Conforme esses relatos, no mês de maio, as famílias brancas da localidade realizavam a sua própria

⁸ O Ciclo do Marabaixo é uma festa religiosa em louvor à Santíssima Trindade e ao Divino Espírito Santo. A festa realiza-se por meio de missas que mesclam danças, músicas, ladainhas. As danças e músicas são improvisadas e devem representar a realidade vivida, o dia-a-dia das comunidades. Por representar situações cotidianas, o Marabaixo pode ser composto de movimentos que lembram lutas, como também movimentos que lembram a alegria, a tristeza e a paixão.



Festa do Divino e impediam a participação dos negros, não autorizando, inclusive, a entrada deles na igreja. Desse modo, a opção por realizar a festa em agosto foi uma estratégia dos próprios negros para garantir a sua participação nas homenagens ao Divino Espírito Santo.

Atualmente, no Distrito de Mazagão Velho, a festa ocorre no período de 16 a 25 de agosto, sendo o dia 24 o mais esperado. É nesse dia que acontece a representação simbólica da Coroação da Imperatriz (em alusão à Princesa Isabel), na Igreja de Nossa Senhora da Assunção. O ritual inicia-se na madrugada do dia 16 de agosto com a primeira alvorada festiva. Na ocasião, o cortejo sai pela cidade anunciando o começo da festa aos moradores e visitantes. O acompanham também dos caixeiros e bandeiristas. Todos seguem pelas ruas visitando as casas das famílias festeiras daquele ano.

Nesse mesmo dia, a comissão da festa se organiza para pernoitar na comunidade que fez o convite para receber a imagem. No ano de 2014, data em que esta pesquisa foi realizada, a imagem do Divino foi para a comunidade denominada Foz do Rio Ajudante, na casa da senhora Maria Luíza. Como de tradição, primeiramente rezou-se a novena em agradecimento à visita do Divino, através das ladainhas. Em seguida, se teve o jantar oferecido pela família que recebeu a imagem e, por fim, se adentrou a noite tocando, cantando e dançando o marabaixo.

No dia seguinte, 17 de agosto, os membros da comissão retornaram à vila de Mazagão Velho⁹ com a imagem do Divino, através da procissão fluvial. A população e as “Empregadas do Divino” os esperavam, momento este em que seguiram em cortejo até a porta da igreja e, logo depois, para a casa da Imperatriz, onde a imagem do Divino foi deixada, saindo posteriormente pelas ruas, visitando as residências, para que todos soubessem que o Espírito Santo já se encontrava na comunidade. Adiante, a Figura 01 ilustra alguns dos momentos descritos.

Figura 1. a) Chegada da canoa com a imagem do Divino à vila de Mazagão Velho; b) “Empregadas do Divino” posicionadas para receber a Coroa que simboliza o Divino Espírito Santo; c) Símbolo do Divino Espírito Santo sendo conduzido pelas “Empregadas do Divino”; d) Cortejo de condução do Divino Espírito Santo em direção à casa da Imperatriz.

⁹ A vila de Mazagão Velho é a comunidade principal do Distrito de nome homônimo.



Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2014.

O Espírito Santo, em Mazagão Velho, é representado por uma coroa de prata que pertence há mais de dois séculos à família da senhora Marinice Videira. Todos os anos, a família cede a coroa para a realização da festa. O artefato simboliza a liberdade e a paz. A Corte é representada pela soberana, que é a Imperatriz, e também por outras personagens ilustres chamadas de Trinchante, Pega-na-Capa, Alferes-Bandeira, Varas Douradas e Paga-Fogaças. Elas totalizam 12 personagens femininas, com idades de 06 a 12 anos e são chamadas de as *Empregadas do Divino*.

A *Imperatriz* é a personagem mais importante, ela é coroada representando o Espírito Santo; a *Trinchante* é a pessoa de confiança, a confidente e responsável pelas joias da Imperatriz; a *Pega-na-Capa* tem a função de cuidar do vestuário, é a encarregada de segurar as pontas do manto, impedindo que o mesmo esbarre no chão durante o cortejo; a *Alferes-Bandeira* carrega a bandeira do divino e, na corte, tinha um papel importantíssimo, pois cabia a ela fazer a cobrança dos impostos devidos à coroa; as quatro *Varas Douradas* são as responsáveis em fazer a segurança da Imperatriz, que, juntamente com a Trinchante e a Pega-na-Capa, seguem durante o cortejo dentro de um quadrado formado da junção das quatro varas roliças de madeiras encapadas com papel



dourado; e, finalmente, as quatro *Pagas-Fogaças* são as que têm o compromisso de providenciar a alimentação da Imperatriz e de seus convidados. No cortejo, elas sempre vão à frente levando uma bandeja de bolos e biscoitos, simbolizando os alimentos.

Nos dias que se seguem, durante todas as noites, são realizadas novenas na igreja da vila de Mazagão Velho, em homenagem a cada uma das figuras que representam as Empregadas do Divino. As novenas se dão ao som de folias tocadas com as caixas de marabaixo, em um ritmo mais lento. No dia 23 de agosto, a última novena é dedicada à empregada maior, ou seja, à Imperatriz. Na madrugada do dia 20 de agosto, ocorre a segunda alvorada festiva. Esta vai até o amanhecer e anuncia que, neste dia, haverá a quebrada da murta, seguida da primeira coroação da Imperatriz e da visita do Divino nas residências da comunidade. Na segunda alvorada festiva, o ritual é o mesmo da primeira, ou seja, o cortejo segue pelas ruas visitando as casas das Empregadas do Divino.

A quebrada da murta ocorre na tarde do dia 22 de agosto, é quando os membros da comissão seguem até a mata para retirar os galhos para a ornamentação do mastro. Eles seguem em cortejo pelas ruas até o Centro Comunitário “Mucito Ayres”, onde o mastro é enfeitado. Durante o enfeite, as mulheres cantam e dançam ao som das caixas de marabaixo, esperando as Empregadas do Divino para que o mastro seja levantado e fixado ao chão. Na sequência, a Figura 02 ilustra alguns dos episódios descritos.

O dia 24 de agosto é considerado o ápice da festa, pois é quando ocorre de fato a Coroação da Imperatriz. No altar da Igreja é montado um trono todo enfeitado para a Imperatriz, bem como para as figuras da Trinchante, Pega-na-Capa e Alferes-Bandeira. Em seguida, é proferida a missa em louvor ao Divino, culminando com a coroação da Imperatriz. Terminada a coroação, a Imperatriz e suas empregadas se encaminham para a porta da igreja, de onde saem em cortejo até o Centro Comunitário Mucito Ayres. Lá, ocorre o leilão dos donativos ofertados pela comunidade e o sorteio das novas Empregadas do Divino para o ano seguinte. A Figura 03 demonstra parte dos episódios citados.

Figura 2. a) Cortejo que conduz o Divino pelas ruas da vila de Mazagão Velho; b) Bandeira do Divino Espírito Santo puxando o cortejo com os fiéis tocando, cantando e dançando o marabaixo; c) Ornamentação do mastro no Centro Comunitário Mucito

Ayres; d) Mulheres cantando e dançando marabaixo durante a espera das Empregadas do Divino.



Fonte: acervo pessoal dos autores, 2014.

Figura 3. Coroação da Imperatriz na igreja e a chegada da Corte Real ao centro comunitário



Fonte: acervo pessoal dos autores, 2014.



Na tarde do mesmo dia, ocorre, ainda, o marabaixo nas ruas. Na ocasião, enquanto todos seguem caminhando, serve-se a tradicional gengibirra¹⁰, e a população dança e canta ao som das batidas fortes e ritmadas das caixas de marabaixo. Ocupam-se pátios, varandas e salas das casas dos moradores da comunidade, em agradecimento pela comida, bebida, fé, união e a liberdade concedida pela Imperatriz a um povo que permaneceu por muito tempo em cativeiro. A programação da festa é encerrada no dia 25 de agosto com o *Marabaixinho*, momento em que é escolhido um morador da comunidade para ser homenageado. Conforme os entrevistados, o Marabaixinho trata-se de uma estratégia para reconhecer a importância de cada morador e de seus antepassados na construção histórica e cultural da comunidade.

REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE MAZAGÃO VELHO

Conforme descrito até aqui, a comunidade de Mazagão Velho possui um vasto conteúdo cultural que, há mais de dois séculos, vem sendo construído e transmitindo de geração em geração. Essa herança advém do encontro de culturas na América Colonial. Nos dias de hoje, especificamente na região da vila, se observa que prevalecem traços da cultura africana e portuguesa. Pouco se percebe a influência indígena, o que não significa necessariamente sua inexistência.

Sabe-se que, em virtude do modelo colonizador lusitano, utilizou-se a catequização e a imposição da religião Católica. Essa lógica colonial culminou em um choque religioso e cultural que provocou, na localidade em destaque, uma mistura de hábitos com forte influência africana e portuguesa. Essa rica mistura foi sentida na etapa de observação direta e registro das manifestações culturais da comunidade.

A Festa do Divino Espírito Santo pode ser utilizada como exemplo. Ao inserir objetos e danças próprios da cultura negra (tambores, o batuque e o marabaixo), essa manifestação revelou que o patrimônio cultural imaterial de Mazagão Velho coaduna traços culturais portugueses e africanos, na medida em que mistura símbolos, narrativas, representações e costumes de ambas as culturas. Analisar esse patrimônio requer, a priori, refletir o conceito de cultura.

¹⁰ Bebida típica das festas afroamapaenses. É feita com cachaça, gengibre, abacaxi e açúcar.



O patrimônio cultural está cimentado no imaginário social a partir de aspectos eleitos como importantes para cada cultura. Muitos são os conceitos que definem essa última e, dentre os vários existentes, elegeu-se o conceito ofertado pelo antropólogo Clifford Geertz, para quem a cultura é:

[...] o padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida (Geertz, 1989, p. 52).

Tomada no sentido elaborado por Geertz (1989), cultura indica a interpretação de símbolos e ações simbólicas executadas pela sociedade. A análise cultural remete, desse modo, a investigação de formas simbólicas, de sua conexão com contextos, com processos sociais e históricos, através dos quais formas simbólicas são criadas, transmitidas, aceitas e renovadas. Aproximando-se da compreensão de Geertz (1989), Meneses (1996) defende que a cultura reúne aspectos materiais e imateriais que se corporificam na realidade empírica da vida cotidiana. Os sentidos produzidos nessa corporificação compõem as representações que alimentam e orientam a prática social.

Assim, segundo Meneses (1996), a partir de suportes tangíveis e intangíveis, os grupos sociais produzem inteligibilidade e reelaboram, simbolicamente, as estruturas materiais de organização social no sentido de reforçá-las e legitimá-las, ou, no rumo inverso, de contestá-las e transformá-las. O confronto da discussão teórica em torno de cultura com as representações culturais registradas em Mazagão Velho revelou elementos marcados por características opostas: ora indicam resistência e renovação, ora revelam derrotismo, conformismo e imutabilidade.

Em se tratando dos festejos em homenagem ao Divino Espírito Santo, a inserção de elementos próprios da cultura negra na festa (batuque e marabaixo), bem como a decisão de realizar a festividade em uma data diferente do calendário católico são aspectos que indicam resistência a um modelo cultural eurocêntrico. Modelo esse que diabolizou a religiosidade de matriz africana, inferiorizou os negros e limitou seus espaços de circulação. Por sua vez, a alusão feita à figura da Princesa Isabel imprime traços de derrotismo e conformismo. Dada a construção simbólica elaborada pela História oficial em torno da abolição da escravidão no Brasil, até se entende, em décadas anteriores, a vinculação da Princesa a atos de heroísmo.



Todavia, atualmente, a historiografia já desmitificou muitos aspectos da assinatura da Lei Áurea. Embora se entenda que o conhecimento produzido por historiadores nas academias não chega tão rápido nas escolas, as análises desse episódio da História do Brasil já povoam os livros didáticos. Fato que torna questionável a supervalorização da Princesa nas representações da festa. Nessa lógica, é importante enfatizar que as várias representações do patrimônio e a manipulação de seu simbolismo estão contidas em um processo identitário que se relaciona diretamente à percepção dos tempos históricos de um grupo social.

Esse aspecto torna a memória e a identidade itens fundamentais para se compreender a dinâmica patrimonial. A identificação com o passado não significa apenas uma vinculação com objetos e coisas antigas, essa relação revela, principalmente, mecanismos sutis de reforçar fatos com os quais a consciência humana adquire identidade, estabilidade e permanência com o passado. Para Le Goff (2003), os fenômenos da memória são resultados de sistemas dinâmicos de organização que só existem se forem mantidos ou reconstituídos. A memória busca, portanto, recuperar o passado para fazê-lo servir ao presente e ao futuro.

Nessa discussão, é pertinente reforçar que memória e história são coisas distintas. Conforme Pierre Nora (1993), a memória possui vida, é conduzida por grupos vivos e, por conta disso, encontra-se em evolução constante, está suscetível a deformações, ao esquecimento, a manipulações. Por sua vez, a história consiste na reconstrução inacabada e problematizada do passado. Com base nos ensinamentos sobre a memória, se entende que ela é essencial para a compreensão dos fenômenos relativos ao patrimônio cultural.

A discussão desenvolvida até aqui indica que os símbolos eleitos como patrimônio advêm da construção social e, uma vez incorporados na sociedade, tornam-se parte de sua identidade. Nesse processo, o grande desafio é entender os motivos pelos quais se rememora certas histórias e se contempla determinados bens como patrimônio cultural. Daí a importância da reflexão e problematização dos elementos do patrimônio cultural na escola.

Não raro, as construções do passado são reproduções de simulacros de difícil captação para o senso comum. Ao não se dar conta das construções simbólicas por trás de certas memórias e narrativas, muitas vezes, a sociedade reproduz práticas



discriminatórias, autoritárias e excludentes. Reproduções essas que foram sentidas na etapa de observação e registro das representações culturais da vila de Mazagão Velho.

No caso da Festa do Divino Espírito Santo, percebeu-se a supervalorização da cultura branca e europeia e observou-se a cultura negra em segundo plano. Essa valorização excessiva foi sentida, por exemplo, através de artefatos com forte valor simbólico, tais como a coroa da Imperatriz (que remete à ideia de hierarquia, de poder); bem como a partir de personagens que fazem alusão à servidão do negro em relação ao branco, como se observa no papel desempenhado pelas *Empregadas do Divino*.

No caso dessa localidade, a apropriação e problematização do rico patrimônio cultural por parte das instituições educativas pode proporcionar a compreensão das histórias representadas e legitimadas pelo imaginário social da comunidade. Com base em Souza (2009), privilegiar as questões referentes ao patrimônio cultural consiste em apresentar formas de apropriação e recriação da história local, como é feito através das narrativas de suas tradições religiosas e culturais, o que evidencia a possibilidade de que o conhecimento histórico pode acontecer a partir da recriação da experiência dos integrantes sociais da comunidade, inclusive e especialmente por meio da escola.

Ademais, de acordo com o meio especializado (Simonian, 2005; 2012), na Amazônia como um todo, pesquisas já apontam que, ao negligenciar as relações culturais de populações locais com o seu meio, políticas públicas dos mais variados setores (educação, saúde, cultura, meio ambiente e outros) têm provocado insustentabilidades nos aspectos humano e social, bem como ocasionado deteriorização de modos de vida. Em se tratando do município de Mazagão, Campos (2010) e Nascimento (2010) indicam contextos em que a cultura, o patrimônio e a educação assumem posições periféricas nas ações do poder público. Ao considerar-se a necessidade de modificação dessa realidade, é mister o surgimento de iniciativas sensíveis à triangulação dos mesmos no caráter prático.

A APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE MAZAGÃO VELHO PELA ESCOLA

Após a fase de observação e registro das manifestações culturais da Vila de Mazagão Velho, esse estudo dedicou-se ao levantamento e análise das estratégias utilizadas pela escola-campo para a apropriação do vasto conteúdo cultural da

comunidade por parte da escola. Assim, através da aplicação de questionários estruturados, realizou-se um levantamento das problemáticas que envolviam a comunidade e a escola, no que tange às práticas voltadas para a educação das relações étnico-raciais. O levantamento revelou que, no mínimo, sete aspectos eram explícitos. Eles estão descritos no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1. Aspectos do levantamento de pesquisa de campo

1º	Embora pertença a uma comunidade essencialmente negra, a maioria dos alunos da escola-campo não se auto-definem como negros;
2º	Professores e coordenadores pedagógicos possuíam um vago conhecimento a respeito da Lei 10.639/2003;
3º	Não se fomentava na escola-campo estratégias para a exploração do contexto étnico-cultural da comunidade no espaço escolar. Situação esta que condicionava os professores a trabalharem de forma individual e sem harmonia com o contexto sociocultural da comunidade de Mazagão Velho;
4º	Inexistiam materiais didático-pedagógicos que abordassem a história e cultura afro-brasileira e africana, as relações étnico-raciais e a própria história e cultura da comunidade de Mazagão Velho;
5º	O patrimônio cultural de Mazagão Velho não era problematizado pela escola. Apesar de serem atores das manifestações culturais da vila, os alunos não demonstraram saber o significado das manifestações e nem os motivos que justificavam a realização das mesmas;
6º	A comunidade, em geral, não era convidada a participar ativamente das ações da escola. Assim, a presença da mesma era tímida e os eventos da escola pouco prestigiados pelas famílias.
7º	A escola não possuía um Projeto Político Pedagógico.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Para além desses aspectos, o levantamento realizado na escola-campo revelou não haver integração entre o saber empírico e o saber sistêmico e formal que a escola proporciona através de seu currículo. Dessa forma, é possível afirmar que, na escola-campo, existiam duas realidades que, apesar de não serem opostas, atêm-se a duas dimensões distantes: à concernente aos professores, os quais abordam essencialmente os conteúdos escolares prescritos pela proposta curricular oferecida pela Secretaria Estadual de Educação (SEED); e àquela que diz respeito à realidade dos alunos, que se inserem em um contexto cultural com forte carga identitária. Estas duas realidades pouco – ou quase nunca – dialogam, pois têm como desafio o fato de apresentarem-se encastelados em seus próprios interesses e objetivos.

A constatação dessa realidade chamou a atenção para a importância do fomento da transposição didática em dois principais aspectos: o conhecimento da



cultura local por meio de suas mais variadas manifestações; e a inserção desse conhecimento no currículo escolar, a partir de uma proposta que respeite e dialogue com a diversidade cultural da comunidade. A partir da identificação da necessidade descrita, a pesquisa aqui apresentada passou a ser iluminada pelo método colaborativo. De acordo com Silva e Longarezi (2012), tal método se efetiva no âmbito educacional como atividade de coprodução de saberes, desencadeando formação, reflexão e desenvolvimento profissional de forma colaborativa, visando a transformação de uma dada realidade.

Logo, objetivando proporcionar o suporte adequado para a inclusão do patrimônio cultural imaterial de matriz africana no currículo escolar, como forma de promoção da educação para as relações étnico-raciais e como pressuposto de fortalecimento da identidade étnica, realizou-se, no período de 20 a 22/08/2014, uma oficina pedagógica na escola-campo. A oficina teve como público alvo a equipe gestora, professores e membros da comunidade local. Sua finalidade foi proporcionar uma discussão sobre as africanidades brasileiras e instrumentalizar os professores para desenvolver estratégias de ensino capazes de cumprir três frentes: i) valorizar a cultura local; ii) problematizar as manifestações culturais da comunidade; e iii) fomentar o orgulho étnico e combater o racismo na escola.

No dia inicial da oficina, foi ofertada a todos os participantes uma pasta contendo materiais teóricos que norteiam as discussões a respeito da educação para as relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana¹¹. Na sequência, se teve um ciclo de palestras mediadas por quatro convidados com atuação profissional e/ou engajamento social junto à temática em discussão.

Os palestrantes exploraram os seguintes temas: Palestrante 1 (P1)¹²: *A fundação da nova Vila de Mazagão Velho na Amazônia do Século XVIII: contexto e perspectivas*; Palestrante 2 (P2)¹³: *A inclusão do Patrimônio Cultural do Distrito de*

¹¹ A pasta continha os seguintes itens: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; a Resolução 51/2012-CEE/AP; a Lei 10.639/2003; o Estatuto da Igualdade Racial; caderno com sugestões de atividades práticas; roteiro da estrutura didática para a construção da Proposta Curricular e um CD com diversos materiais gravados (textos, livros em pdf, artigos, dissertações, vídeos...) relacionados com a temática em discussão.

¹² Professor, Historiador e Especialista em Educação e em História da Amazônia e do Amapá.

¹³ Pedagogo, vereador do município e representante da comunidade.



Mazagão Velho no cotidiano da Escola; Palestrante 3 (P3)¹⁴: A importância da integração entre a comunidade e a escola na preservação de suas manifestações culturais; Palestrante 4 (P4)¹⁵: Currículo, diversidade e as relações étnico-raciais no contexto educacional da Escola.

No segundo dia de oficina, a palestrante P4 iniciou as atividades com a palestra intitulada “*As vozes silenciadas no currículo: o diálogo com a diferença*”. Na ocasião, destacou-se que a cultura é um extenso e contínuo processo de seleção e filtragem de conhecimentos e experiências, não somente de um indivíduo, mas, sobretudo de um grupo social. Logo, afirmar que a sociedade é marcada por uma diversidade cultural significa reconhecer a pluralidade de grupos sociais, étnicos e culturais que a compõem. Nessa lógica, na atualidade, é imprescindível pensar o currículo escolar dentro de um paradigma multicultural; uma vez que, o multiculturalismo busca uma perspectiva cultural heterogênea, na qual se questiona a hegemonia do grupo étnico dominante e se reserva lugar à expressão das culturas minoritárias para que finalmente se promova a igualdade real de oportunidades.

Após a palestra, os participantes da oficina foram organizados em dois grupos de trabalho, denominados aqui de GT-01 e GT-02. Em conjunto, os dois grupos foram desafiados a criar um painel contendo a sistematização lúdica dos temas abordados na oficina. O painel construído pelo GT-01 trouxe em destaque a palavra *Sensibilidade*, sugerindo a postura que o profissional deve assumir ao se deparar com as diferenças no contexto escolar. Ao socializar as reflexões propostas no painel, o GT-01 destacou a necessidade de se trabalhar com os alunos o conceito de pertencimento, pois, segundo os membros do grupo, na escola-campo, muitos alunos visivelmente negros se consideram pardos ou brancos. Para o GT-01, ao não se auto-definirem como negros, esses alunos estão negando a sua negritude.

O painel do GT-02, por sua vez, destacou vários tipos de discriminações sofridas pelo negro. Ao fazer esse destaque, o grupo provocou reflexões sobre o quanto é difícil o negro ser valorizado e reconhecido por seu potencial. Para exemplificar essa desigualdade entre negros e brancos, o grupo citou as próprias revistas utilizadas no momento da construção do painel. De acordo com o GT-02, pouquíssimas imagens de

¹⁴ Representante da comunidade e das festividades locais.

¹⁵ Professora da rede estadual e do Ensino Superior, especialista em currículo escolar.

peças negras foram encontradas nas revistas. Fato que, na avaliação do grupo, reforça o destaque do branco nos espaços da sociedade. A Figura 04, adiante, demonstra os painéis sendo construídos pelos dois grupos de trabalho.

Figura 4. Grupos de trabalho 01 e 02 construindo seus painéis



Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2014.

Para finalizar a sua apresentação, o GT-02 enfatizou a importância de se inserir, nos conteúdos programáticos, temáticas que explorem os mais variados tipos de diferenças. Essa inclusão, na avaliação do grupo, pode reduzir a frequência da ocorrência de atitudes que estigmatizam e inferiorizam o negro. Após a fala do GT-02, tornou-se consenso, entre todos os envolvidos na oficina, a urgência de se repensar o currículo da escola-campo, a fim de que seja oportunizado o debate em torno das diferenças na instituição e, assim, se possa dar o passo inicial para a construção de uma escola viva e plural.

Na sequência, iniciou-se a próxima etapa da oficina, que consistiu na apresentação da estrutura didática necessária para a construção de uma proposta curricular à luz das relações étnico-raciais e fundamentada no patrimônio cultural imaterial da comunidade de Mazagão Velho/AP¹⁶. Ofertada as orientações prévias para a construção da proposta, formou-se uma comissão para dar início à construção do documento norteador para as ações e projetos da Escola-campo. No momento da

¹⁶ A mediadora desse momento foi a palestrante P4. Ela elencou todos os itens necessários para compor a proposta, a saber: identificação; apresentação; justificativa; embasamento teórico; objetivos; enfoque curricular e o diálogo com as disciplinas; relações étnico-raciais e a mediação de projetos na escola; o coletivo de professores e a comunidade: revendo paradigmas; metodologia; recursos; cronograma das ações; avaliação e referências. Ela esclareceu minuciosamente o que deveria ser abordado em cada item e reforçou, ainda, que a proposta apresentada por ela não estava pronta e acabada, devendo a escola-campo, posteriormente, rever e fazer as devidas adequações para a realidade da instituição.



escolha dos membros da comissão, os professores relataram que as atividades promovidas no decorrer da oficina provocaram neles forte sensibilização e reflexão acerca da importância da Lei 10.639/2003.

De acordo com eles, certamente o aprendizado iria refletir na clareza, envolvimento e consistência no documento a ser produzido. Sabe-se que legitimar um documento norteador para futuras discussões, projetos e ações da escola não garante mudança de comportamento de imediato. Porém, a continuidade e, principalmente, a iniciativa em inserir a realidade da comunidade local para o universo da escola é relevante para o processo de ensino e aprendizagem do educando.

Cerca de seis meses após a intervenção, a equipe que coordenou a oficina retornou à escola-campo para a realização de encontros de planejamentos com os professores das disciplinas História, Geografia, Português/Literatura, Artes e Ensino Religioso/Filosofia/Projetos. Durante tais encontros, constatou-se que alguns professores puseram em prática projetos voltados para a educação das relações étnico-raciais e para a problematização do patrimônio cultural da localidade. Dentre os projetos realizados, destaca-se o projeto denominado de *Mãe África: a nossa História*, idealizado pela professora de história.

Conforme a professora, o objetivo maior do projeto foi trabalhar a cultura afro-brasileira e enfatizar a cultura local, através de suas tradições. Ainda, resgatar a história de personagens essenciais na construção da história da população negra, conforme preconiza a Lei Federal 10.639/2003. Em meio às ações do projeto, os alunos criaram e declamaram poesias a respeito da história do negro. Adiante, demonstra-se um dos poemas criados pelos alunos.

Ladrão de Marabaixo: “13 de Maio”

Eu padeci na senzala
Minha história mudou
Entre pra Universidade
Sou negro e sou doutor
No dia 13 de maio
Ecoou a liberdade
Nossa luta estava apenas
Começando de verdade

Enfrentar o racismo
Eu não tenho medo não



Sou negro bato no peito
Sou de luta e de ação

A discriminação não
Conseguiu me parar
Eu conquistei o meu espaço
E ninguém pode negar
Não importa do que me chame
Afro, negro ou azulão
Minha cor é meu orgulho
E eu amo de coração

Contribuímos com a cultura
Costumes e tradições
Nossa história ficou bonita
Nas rimas deste ladrão.

Considerando iniciativas como a da professora de história, é possível afirmar que o primeiro passo foi dado em direção à sensibilização acerca das lacunas no processo de reconhecimento e problematização daquilo que a comunidade de Mazagão Velho define como seu patrimônio cultural. Ao entrelaçar o conhecimento formal com a riqueza cultural cotidiana da comunidade, a escola demonstra-se capaz de desconstruir conceitos legitimados por verdades fechadas em currículos tradicionais. Logo, pode levar o educando a se reconhecer como sujeito histórico e crítico de sua própria realidade.

Inspirados em Aragón (2012), entende-se que a educação deve preocupar-se, sobretudo, na construção de uma sociedade não violenta e não espoliativa. Para tanto, valores humanos e contrários a qualquer forma de preconceito e/ou exclusão devem ser sempre as diretrizes centrais de qualquer construção curricular. Parafraseando o autor, a escola precisa se encarregar da “(...) liderança na definição de ações que conduzam à eliminação da exclusão social e demais mazelas associadas, e levem à promoção da felicidade, da harmonia, da justiça, e da equidade social” (Aragón, 2012, p.5). Ao cumprir tal tarefa, certamente a escola estará contribuindo para uma educação socialmente engajada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na fase inicial da pesquisa de campo que deu origem a este trabalho, detectou-se na escola-campo, única instituição educacional gerida pelo Governo do Estado do



Amapá na vila de Mazagão Velho, a inexistência de ações pedagógicas voltadas para o estudo das relações étnico-raciais nas atividades curriculares, bem como para a inclusão das manifestações culturais da comunidade no cotidiano escolar. Tal realidade indicava a fragilidade da integração entre o saber empírico e o saber sistêmico e formal por parte da escola. Assim, se observava, naquela ocasião, a existência de duas realidades: àquela equivalente a uma espécie de *extramuros* escolar, imerso em uma história singular de sobrevivência, resistência e repleta de tradições e simbologias; e outra referente a um *intramuros* escolar, isolado e sem conexões curriculares com a diversidade cultural de seu entorno.

A constatação dessa realidade despertou para a necessidade de se instrumentalizar a comunidade escolar para que esta pudesse, paulatinamente, romper as barreiras que separavam a escola da diversidade cultural da comunidade de Mazagão Velho. Foi então, que surgiu a ideia de se realizar naquela escola uma investigação colaborativa. Como descrito no corpo desse trabalho, esse tipo de investigação permite a construção de um processo conjunto e democrático, onde é permitida a participação e o diálogo com vários interlocutores envolvidos no âmbito do espaço a ser analisado.

Como estratégia para essa investigação colaborativa, ofertou-se à comunidade escolar uma oficina pedagógica que visou à construção de uma proposta curricular que dialogue com o contexto cultural da comunidade local. Conforme se destacou, participaram dessas oficinas professores, pedagogos, direção escolar e comunidade em geral. Nas oficinas, além da oferta de subsídios históricos e da problematização de aspectos envolvendo o racismo e o preconceito, apresentou-se o percurso necessário para a construção de uma proposta curricular à luz das relações étnico-raciais e fundamentada no patrimônio cultural imaterial da comunidade de Mazagão Velho/AP.

A análise a respeito dos resultados dessa intervenção indica mudanças sutis no fazer pedagógico da escola-campo. Essas mudanças foram sentidas, por exemplo, na iniciativa de alguns professores em explorar temáticas voltadas para o entrelaçamento da história da África e dos africanos e a história local. Embora tais iniciativas sejam tímidas, só o fato de envolver os alunos em projetos afirmativos já indicam que alguns docentes despertaram para a importância social e histórica da Lei nº 10.639/2003.

Sabe-se que uma simples intervenção, por si só, não vai mudar de uma só vez uma realidade de preconceito, racismo e falta de informação. Essa mudança depende,



dentre outras coisas, do investimento na educação pública e na efetividade de políticas públicas que combatam as máculas deixadas por cenários que perpetuam processos de exclusão social. A intervenção realizada não pretendeu ofertar respostas e soluções precisas aos problemas identificados na escola-campo. Elas ambicionaram fomentar atitudes afirmativas e problematizadoras da diversidade cultural vivida pela comunidade de Mazagão Velho. Após a realização da oficina, as atitudes de professores e alunos sinalizaram que mudanças ocorreram. Mesmo tímidas, essas mudanças mostram-se salutares e respondem positivamente às perspectivas lançadas pelo estudo aqui apresentado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Augusto Ferreira do. *Mazagão: a epopeia portuguesa em Marrocos*. Lisboa: Tribuna, 2007.

ARAGÓN, Luis E. Educação superior, desenvolvimento sustentável e políticas públicas na Amazônia. *Paper do NAEA*, 298, out. 2012. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/395>. Acessado em: 04 de dezembro de 2017.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Mazagão: cidades em dois continentes*. usjt – arq.urb – número 2 / segundo semestre/2009. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_02/artigo_paulo.pdf. Acessado em: 05 de junho de 2015.

CAMPOS, Ivan Raul Raiol de. Sustentabilidade, turismo e gestão do patrimônio arqueológico no PAE Maracá, sul do estado do Amapá. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA; MPEAP, 2010, p. 15-50.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad.: Bernardo Leitão. Campinas: 5. Ed. Editora Unicamp, 2003.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YASIGI, Eduardo et al. (Org). *Turismo, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 88-99.

NASCIMENTO, Ana Lúcia Cardoso. Um olhar sobre as Escolas Família Agrícola e Agroextrativistas do Amapá: práticas e significados. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA; MPEAP, 2010, p. 361-395.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História, n. 10, Dez, 1993, p. 7-28.

REGIS, Kátia Evangelista.; SENGULANE, Hipólito F. M. S. A lei nº 10.639/2003 no Brasil e o plano curricular do ensino básico (2003) em Moçambique: políticas públicas



com intencionalidades de inserção da diversidade nos currículos escolares. *Revista da ABPN*, v. 9, n. 23, 2017, p.171-193.

SILVA, Jorge Luiz da; LONGAREZI, Andrea Maturano. *Pesquisas de intervenção no campo da formação de professores: limites e possibilidades*. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012, p. 1-12. Disponível em: <http://www2.unimep.br/endipec/2573c.pdf>. Acessado em: 04 de janeiro de 2014.

SILVA, Alene Chagas; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; FOSTER, Eugénia da Luz Silva. Patrimônio cultural imaterial e religiosidade: as celebrações em Mazagão Velho no Amapá. *Estudos Teológicos* (Online), v. 55, p. 388-403, 2015. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/2423/2413>. Acessado em: 15 de junho de 2017.

SIMONIAN, Ligia T. Lopes. et al. *Pacamorema – RESEX Mãe Grande: terra de feiticeiras ou metáfora para impasses aos desenvolvimento?* Belém: NAEA, 2012.

_____. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 1, n. 2, p. 119-134, 2005.

SOUZA, Maria Elena V. Relações raciais no ensino superior: experiências de ensino/aprendizagem e pesquisa. In: SOUZA, Maria Elena V. (Org). *Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a Lei nº 10.639/03*. Rio de Janeiro: Rovel, 2009, p. 63-90.

VIDAL, Laurent. *Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico*. São Paulo: Martins, 2008.

*Recebido em setembro de 2017
Aprovado em novembro de 2017*